

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal vê com estupefação as alterações que o Governo pretende propor à Assembleia da República com a alteração aos estatutos de diversas associações públicas profissionais. A proposta de lei enviada apresenta uma extensão – 154 páginas – e uma complexidade técnico-jurídica incompatível com os prazos de consulta concedidos às diversas instituições.

Refira-se que a proposta foi enviada para consulta aos parceiros sociais no dia 19 de maio com prazo de pronúncia até 23 de maio (com um fim-de-semana por premeio). Com estes prazos, o Governo não pretende auscultar os parceiros sociais, mas apenas cumprir a obrigação legal de audição. O processo legislativo não se compadece com prazos curtos em que não haja possibilidade efetiva de pronúncia estruturada.

Relativamente às alterações ao estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) refira-se que o contabilista certificado é responsável por:

1. Garantir que a informação financeira produzida é correta e verdadeira;
2. Assegurar que a informação produzida é adequada e está disponível para que a Gerência/Administração da Empresa possa tomar decisões de forma informada e atempada;
3. Cumprir todas as obrigações fiscais de entrega e pagamento de impostos, contribuindo para uma relação de transparência e de cooperação entre as Autoridades Fiscais do País e a Empresa.

A proposta de alteração de estatutos da OCC apresentada pelo Governo propõe a eliminação das competências exclusivas dos Contabilistas Certificados nas matérias acima enunciadas. A assinatura destes profissionais deixaria de ser necessária nas Demonstrações Financeiras e nas Declarações Fiscais das entidades, públicas ou privadas, que sejam obrigadas a possuir contabilidade organizada. O cumprimento das obrigações acima referidas passaria a estar apenas na esfera de responsabilidade da Gerência/Administração das Empresas.

Acresce referir que o Contabilista Certificado é um profissional com habilitações académicas e formação contínua e específica nas matérias contabilístico-financeiras-fiscais. Resta claro que estará potencialmente mais habilitado a responder ao que é solicitado naquelas áreas, nomeadamente junto das autoridades fiscais, financeiras, estatísticas, de auditoria e revisão às contas, entre outras. Mais do que a informação que lhes é pedida, crescem os desafios de constante modernização e informatização que a Autoridade Tributária tem vindo a «impor».

Portugal foi pioneiro, em 2006, na implementação do programa Simplex da Autoridade Tributária, e os profissionais de Contabilidade são desafiados constantemente a adaptarem-se a novas formas de prestar informação (cada vez em maior número e detalhe).

Portugal pode orgulhar-se do sistema de controlo que detém hoje sobre a informação financeira das Empresas – considerado um dos mais informatizados da Europa – o que, com toda a certeza, permitiu a desburocratização dos processos inspetivos tornando-os mais eficientes e incisivos.

Sem Contabilistas Certificados teremos certamente mais fraude e evasão fiscal, menos justiça social e mais incumprimento fiscal, como referido pela Bastonária da OCC.